

RESENHA

Peacocke, Christopher. *The Primacy of Metaphysics*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

Gionatan Carlos Pacheco¹

Recebido em: 11/2019
Aprovado em: 03/2020

Christopher Peacocke, em seu novo livro *The Primacy of Metaphysics* (2019) - em livre tradução *A Primazia da Metafísica* - dá sequência em seus estudos acerca da integração entre as disciplinas metafísica e epistemologia, como o fez em *Being Known* (1999), mas, desta vez, parece tomar um lado mais claramente. Nesta obra é apresentada uma tese, a saber, que a metafísica possui uma prioridade explanatória; e, além disso, são apresentadas, ao longo dos capítulos, aplicações desta tese acerca de tópicos diversos, a saber, sobre o conceito de magnitude, sobre o tempo e o conteúdo temporal da percepção, sobre conceito de *eu* (self), sobre os números e sobre ontologia e inteligibilidade.

Segundo Peacocke, podemos afirmar há duas áreas gerais da filosofia, uma sobre a natureza dos objetos e suas propriedades e, outra, sobre a natureza do significado das sentenças. O autor argumenta que em ambas a metafísica é anterior. Deste modo, confronta diretamente as teses de Dummett (1991) e de Crispin Wright (1987), os quais negam a capacidade explanatória da metafísica, mas que, no entanto, o autor afirma, contribuíram “para a cristalização e formulação deste livro” (p. 2, traduções nossas). A *tese primária* (Primary Thesis) deste livro, com efeito, se expressa na seguinte frase:

A metafísica de um domínio é envolvida na explicação filosófica da natureza dos significados das sentenças sobre esse domínio; e a metafísica de um domínio está envolvida na explicação filosófica da natureza do conteúdo

¹ Discente do Doutorado em Filosofia do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria. Possui graduação em Filosofia (2012-2016) e mestrado (2017-2019) pela Universidade Federal de Maria.

intencional (formas de representação) referente a esse domínio (p. 4)

Por *domínio* devemos entender algo amplo, como um conjunto de objetos suas propriedades e relações desses objetos entre si. Por *metafísica de um domínio*, nosso autor entende “uma teoria que estabelece verdadeiramente o que é constitutivo desses objetos, propriedades e relações deste domínio” (p. 4). Como está afirmado na frase citada, um certo domínio metafísico possui um *envolvimento explanatório* que, por sua vez, significa “que as correspondentes teoria de significado e teoria de conteúdos intencionais de um modo ou outro pressupõem que a metafísica deste domínio possua certas características” (p. 5). Tal tese, com efeito, seria endereçada à questões acerca de como os sentidos determinam referências, ou ainda, “sobre o sentido e suas relações com a metafísica das referências em questão” (p. 3).

Esta *tese primária*, todavia, pode ser sustentada de duas formas distintas em um domínio. Por um lado, há os casos de *anterioridade-metafísica* (*metaphysics-first*), nos quais os domínios metafísicos são anteriores “em ordem de explicação filosófica da natureza do sentido das sentenças acerca deste domínio” (p. 7), e também na explicação da natureza dos conteúdos intencionais desse domínio metafísico. Anterioridade metafísica é o modo *forte* de sustentar a tese primária. Por outro lado, há os casos *sem-prioridade* (*no-priority*), nos quais os conteúdos intencionais e os sentidos de sentenças envolvem o domínio metafísico, e vice versa, de modo que um explica o outro. Sem-prioridade é o modo *fraco* de se sustentar a tese primária. Com efeito, essas ramificações da tese primária possibilita ao autor afirmar que hipóteses que admitem exclusivamente anterioridade-metafísica, ou exclusivamente visões sem-prioridade explicativa (o autor cita McDowell, 1994), são casos da tese primária.

Há outra visão em específico que se contrapõem diretamente a tese primária: a visão de *anterioridade-significativa* (*meaning-first view*). Essa é a concepção de Dummett, por exemplo, segundo o qual a metafísica de um domínio é dado se, e somente se, pode ser produtor de afirmações fundamentadas em uma “teoria-significativa [meaning-theory] correta da linguagem sobre esse domínio” (p. 10). Não obstante, segundo Peacocke as próprias relações que o sujeito pensante estabelece com os objetos dependem, elas mesmas, de uma metafísica desse objeto. Neste sentido, a tese primária estabelece que a metafísica de um objeto envolve uma teoria dos significado sobre o domínio em que esse objeto é dado. O estatuto causal de um determinado objeto extenso “envolve causação por propriedades espaciais mental-independentes (*mind-independent*) e relações dos objetos, ordens, ou eventos” (p. 13). Ou seja, propriedades são distintas de conceitos, exceto em caso de estarmos tratando de um domínio

metafísico dos conceitos, noções, sentidos, etc., nos quais eles mesmos são considerados objetos com propriedades e relações.

Peacocke usa a distinção de Reichenbach, entre contexto de descoberta e contexto de justificação, para distanciar sua tese primária da leitura de Michael Devitt (2010), em *Putting Metaphysics First*. Apesar da simpatia que nosso autor possui pela insistência de Devitt de que certos “conteúdos totalmente mental-independente são corretas condições de verdade” (p. 30), ele insiste que ainda seria necessário explicar como essa independência mental é “envolvida na individuação do próprio conteúdo que apreendemos [contents that we grasp]” (p. 30). Ou seja, é relativamente simples dizer o *que* é um domínio metafísico, mas *como* pode ser, é outra coisa.

O *como* é trazido por Peacocke nos capítulos subsequentes. Assim, a exposição é feita por casos particulares. Por exemplo, no segundo capítulo de *A Primazia da Metafísica*, trata-se de expor um domínio metafísico em específico, a saber, a ontologia das magnitudes físicas. Com efeito, Peacocke estabelece sete princípios da metafísica das magnitudes. O primeiro princípio é o realismo acerca das magnitudes, isto é, um objeto ou evento possui uma dada magnitude. O segundo princípio é a “irreducibilidade das magnitudes em extensões ou entidades extensionais” (p. 43), ou seja, a magnitude aqui pensada não se aplica somente ao aspecto espacial, mas também são aplicadas à duração. O terceiro princípio é que “nenhum número é intrínseco a nenhuma magnitude particular em si mesma” (p. 44), isto é, a magnitude parece entrar no conteúdo de nossa percepção, mas sem nenhuma unidade de medida indexada. Com efeito, se concebemos razões entre duas magnitudes extensas, vemos que elas são intrínsecas a elas (quarto princípio). Além disso, as próprias magnitudes “entram em explicações causais e científicas” (p. 44). O sexto princípio é, assim como o quarto, sobre as magnitudes extensivas que “suportam uma álgebra de razões em suas magnitudes”, isto é, “faz sentido falarmos da identidade de razões de magnitudes” (p. 44) ou mesmo podemos falar de mesmas razões entre tipos distintos de magnitudes e, com efeito, isso possibilita previsões da física que são expressas em fórmulas que coabitam variáveis de extensão e tempo. O sétimo e último princípio afirma que as “magnitudes podem caracterizar-se em leis causais-explanatórias [causal-explanatory laws]” (p. 46).

Na sequência do capítulo é apresentada uma relação entre analogia computacional e as razões de magnitudes na representação intencional. Isto é, Peacocke oferece um novo tratamento daquilo que é classicamente conhecido em filosofia como gênese das categorias transcendentais. Nesse sentido, a noção contemporânea de ícone representacional é vista como

um caso de um fenômeno mais geral da representação de magnitudes (p. 58). Como rege o princípio primeiro da metafísica das magnitudes, há um realismo acerca das magnitudes. Deste modo, nosso autor rejeita uma afirmação de Thomas Kuhn acerca de uma relatividade da percepção. Em seu *A Estrutura das Revoluções Científicas* (cap. 10), Kuhn (1996) afirma que Aristóteles e Galileu ao observarem um mesmo fenômeno de pêndulo, veriam coisas distintas. Peacocke responde que o “nível de conteúdo análogo concernente de tal matéria espacial como distância, velocidade, e duração precisamente ocupa o nível que Kuhn diz que não existe” (p. 69). Em suma, tanto o estagirita quanto o italiano teriam a mesma experiência perceptual no nível de analogia de magnitudes.

O terceiro capítulo também conta com uma exposição de um domínio metafísico específico que, no caso, versa sobre a o (objetivismo do) conteúdo temporal da percepção e conflita com as hipóteses desenvolvidas por Brad Thompson (2010) e David Chalmers (2012). O quarto capítulo se esforça por estabelecer um tratamento de anterioridade-metafísica acerca do *eu*, ou primeira-pessoa (self), o qual teria um papel para explicar consciência do sujeito como pré-condição necessária para a produção de ações mentais. O quinto capítulo argumenta que a anterioridade-metafísica pode ser aplicada a entidades abstratas, no caso, os números. O capítulo sexto posiciona a anterioridade-metafísica como descritiva acerca dos limites da inteligibilidade. O sétimo e último capítulo conclui a obra apontando possíveis futuros desenvolvimentos da hipótese.

Enfim, este *A primazia da Metafísica* é um livro de metafísica contemporânea, sistemático e que discute uma literatura relativamente atualizada. Ele enfatiza o argumento de que o significado nunca é anterior ao metafísico que, necessariamente, o significado, de uma forma ou de outra, faz referência. A quantidade temas é abrangente e a profundidade das discussões certamente repercutirá no debate filosófico.

Referências

Chalmers, D. *Constructing the World*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

Devitt, M. *Putting Metaphysics First: Essays on Metaphysics and Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

Dummett, M. *The Logical Basis of Metaphysics*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.

Kuhn, T. *The Structure of Scientific Revolutions*, third edn. Chicago, IL: Chicago University Press, 1996.

McDowell, J. *Mind and World*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.

Peacocke, C. *Being Known*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

Peacocke, C. *The Primacy of Metaphysics*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

Thompson, B. 'The Spatial Content of Experience', *Philosophy and Phenomenological Research* 81. 2010. pp. 146–94.

Wright, C. 'Reply to Strawson', in *his Realism, Meaning, and Truth*. Oxford: Blackwell, 1987.